

DO PROEMI AO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES

Cecília Telma Alves Pontes de **Queiroz** – UFPB

Resumo

Nosso objetivo, neste estudo, é de apresentar, à luz da literatura sobre o gendramento do conhecimento, a percepção de estudantes sobre o papel das Escolas do Programa Ensino Médio Inovador, quanto à informação, à orientação e à preparação para as escolhas de cursos superiores e ao acesso à Universidade. As Escolas ProEMI são um campo de ação obrigatório do Programa Nacional “Inclusão de Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação” (CP nº18/2013, MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras), uma iniciativa pioneira de política educacional no Brasil, que objetiva promover a equidade de gênero nos cursos superiores. A análise apresentada toma como referência entrevistas realizadas com estudantes, docentes e gestores/as de três escolas estaduais de uma capital nordestina, ao longo do mês dos meses de fevereiro e março/2015. Concluímos que as estudantes não estão sendo ouvidas quanto ao desejo de ingressarem em cursos superiores nem suas necessidades formativas estão sendo consideradas pelas Escolas que, inclusive, podem estar dificultando o caminho das meninas até o ensino superior.

Palavras-chave: Política Educacional. Ensino Médio e Superior. Gênero. Gendramento do Conhecimento.

DO PROEMI AO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES

INTRODUÇÃO

No Brasil, um dos grandes dilemas atuais da educação gira em torno do acesso, da cobertura, da qualidade e da permanência dos/as estudantes nas Escolas e nas Universidades. Na perspectiva de enfrentar os problemas, duas Políticas Públicas merecem destaque: o Programa Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação (Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras), doravante Meninas fazendo Ciências, e o Programa Ensino Médio Inovador¹, doravante ProEMI.

¹ ProEMI -Programa Ensino Médio Inovador, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. Seu objetivo, segundo o MEC (2010), é de apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral que articula as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, contemplando as diversas áreas do conhecimento. No estado da Paraíba, em 2015, são 26 escolas envolvidas - seis no município de João Pessoa.

Ambos os programas trazem desafios complementares e apontam para a urgência do necessário diálogo entre a Educação de nível superior e médio. Na primeira, um dos desafios prementes é a equidade de gênero e, portanto, a ampliação do número de estudantes do sexo feminino nas Ciências ‘hard’ (Exatas, Engenharias e Computação). No segundo, possivelmente, o maior desafio seja de oferecer um tipo de educação que seja capaz de (re)encantar os/as jovens para seguirem estudando e se preparando para se inserir no mercado de trabalho. Esses desafios atingem a todos/as e obriga-nos, como educadores/as, a repensar posturas e metodologias e a construir novas formas de ensinar-aprender, comunicar e interagir, com o intuito de mitigar a falta de interesse, o abandono das escolas e o gendramento das ciências nas universidades.

Neste estudo, toma-se como referência a intersecção entre os Programas ProEMI e Meninas fazendo Ciências para, com base na literatura de gênero, refletir sobre as percepções das estudantes, dos/das docentes e gestores/as quanto aos programas; das estudantes sobre a motivação para o ingresso nas universidades, os porquês das escolhas dos Cursos e o papel das instituições educacionais nesse percurso. Apresenta, ainda, reflexões teóricas, destacando políticas públicas, gênero, gendramento do conhecimento e das ciências, entre outros conceitos.

Nas entrevistas, as estudantes foram indagadas, entre outras, sobre os seguintes aspectos relativos às influências/critérios de escolhas dos cursos superiores: A Escola ProEMI incentiva, informa e orienta sobre a escolha do Curso Superior? Se sim, de que forma o faz? Quem faz esse trabalho? O que as meninas acham que a Escola poderia fazer para favorecer o acesso ao Ensino Superior? Houve contribuição do Programa Meninas fazendo Ciências, desenvolvido no âmbito da chamada pública (Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras) para a escolha dos cursos superiores?

Os sujeitos desta pesquisa são cinco professor/as, uma coordenadora pedagógica, um vice-diretor, uma diretora e 17 jovens meninas, estudantes do 3º ano, de três Escolas ProEMI, do município de João Pessoa, participantes dos projetos desenvolvidos no âmbito da chamada pública.

Considera-se a hipótese de que, inseridas em uma escola de tempo integral, em que a organização do ensino médio pauta-se na interdisciplinaridade e na contextualização dos conhecimentos e organiza-se para atender aos desejos dos/das estudantes, elas estariam mais propensas a se sentir estimuladas e preparadas para disputar vagas na Educação Superior e teriam mais informação e orientação na escolha dos cursos e das carreiras – atentando para sua diversidade e oportunidades.

Os dados foram coletados ao longo do mês de março/2015 e sistematizados em transcrições, tabelas e reflexões, que geraram outras indagações, um campo vasto para novas pesquisas que pretendemos perseguir ao longo do Doutorado em curso.

A seguir, entremeadas com os recortes das entrevistas, discutiremos sobre políticas públicas educacionais, gênero e gendramento do conhecimento e do trabalho.

1 “ESSES PROJETOS PARECIAM MUITO LEGAIS, MAS, AO INVÉS DE ACONTECER MESMO, PARECE QUE O DINHEIRO FOI DEVOLVIDO E QUASE NADA ACONTECEU [...] MAS, MESMO ASSIM, FOI BOM...”²”

Historicamente, o debate em torno das políticas públicas remonta aos movimentos populares do Século XIX, devido, principalmente, aos inúmeros conflitos surgidos na revolução industrial, pela histórica e conturbada relação entre capital e trabalho, ou seja, da tensão entre interesses comuns - sociais e interesses privados - mercado. Na visão de Golberg (1987, p. 43), as políticas públicas são como o *‘Estado em ação’*. Na prática, elas definem o tipo de proteção social que o Estado deve ou deveria oferecer, para garantir a todos e a todas, indistintamente, a distribuição dos benefícios sociais e diminuir as desigualdades estruturais e culturais produzidas pelo "desenvolvimento" socioeconômico.

Nessa perspectiva, as políticas públicas, em geral, e a política educacional, em particular, em que se inserem os programas Meninas fazendo Ciências e ProEMI, situam-se no interior de um tipo particular de Estado, revelam, segundo Höfling (2001), as diferentes ‘feições’ dessas políticas e refletem a disputa política e ideológica de cada momento histórico. No entanto, em que pesem os inúmeros avanços sociais alcançados nos governos recentes, ainda não foi possível implantar políticas públicas que garantam um sistema de proteção social, com cobertura universal e que propiciem o bem-estar a todos e a todas e garantam um estado democrático com o direito à diversidade e à equidade de gênero assegurado, nem acesso universal aos sistemas educacionais, como determina a Constituição Federal Brasileira de 1988.

No que tange às políticas públicas educacionais, a legislação brasileira, na área educacional, apresentou, a rigor, alguns avanços, tanto na CF de 1988, quanto na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB, nº 9394/96) e seus dispositivos complementares. A LDB, que revogou as leis educacionais anteriores, fortemente embasadas nas concepções dos governos militares e dos organismos internacionais,

² Estudante 4,15 anos, Escola C. Indagamos qual a importância dos projetos na Escola, sobre a parceria e as atividades com a Universidade.

promoveu a descentralização e a autonomia das escolas, das universidades e dos sistemas de ensino; fomentou a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro e gestou o embrião da valorização dos/as professores/as e do Magistério.

Nessa caminhada em busca de atender às exigências da sociedade por mudanças, as políticas públicas educacionais nos ‘trouxeram’, em 2009, até a propositura do Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, uma estratégia do Governo Federal que visa:

apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea (DCNEM, 2012, p. 02).

Também abriu a possibilidade, em 2013, para a construção de parcerias amplas, como o Programa Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação (CP. Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras) que, de forma articulada, envolveu várias instituições no fomento (Ministérios, Secretaria, Empresa) e na execução (Universidades e Escolas Públicas) em torno de uma política em defesa de mais participação das meninas e das jovens mulheres na pesquisa científica e tecnológica, com o foco em três importantes objetivos:

i) ampliar o número de estudantes do sexo feminino nas carreiras de Ciências Exatas, Engenharias e Computação; ii) contribuir para o combate à evasão, que ocorre, principalmente, nos primeiros anos desses cursos; e iii) despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por essas profissões, desenvolvendo o interesse pela pesquisa científica e tecnológica.

Ressalte-se, contudo, que a burocracia e o peso da máquina administrativa, muitas vezes, colocam barreiras reais para o andamento dos projetos. Tal afirmação fica fortemente ilustrada nas falas de duas estudantes, que enfatizaram a importância da Chamada Pública e dos Projetos Pedagógicos desenvolvidos no âmbito do ProEMI, respectivamente. Ao mesmo tempo, elas lamentaram as dificuldades vivenciadas:

As professoras da Universidade vieram várias vezes na Escola, apresentaram a proposta e ficamos muito empolgadas, mas quase nada aconteceu parece que porque o dinheiro atrasou e as professoras não conseguiram comprar os materiais. Nossa professora, aqui da escola, comentou que o dinheiro teve que ser devolvido. Ainda bem que recebemos nossas bolsas né.

(Estudante 4, 16 anos, Escola C.)

Nossa, as professoras são muito legais, quando teve visita fora da escola, a gente ia no carro delas, faziam as atividades e depois levavam a gente em casa e ainda pediam desculpas porque não tinha ônibus e nem material pra usar... [...] nos laboratórios era pior, tinha pouco material pra todo mundo. Eu escutei e vi quando elas faziam cotinha pro lanche, eu acho.

(Estudante 5, 14 anos, Escola A.)

Como vimos, apesar dos avanços das Leis, é importante destacar a atuação em outras frentes, pois, segundo Gohn (1999, p. 89), nos países subdesenvolvidos, a promulgação de leis é insuficiente e, no caso do Brasil, a cidadania tem sido resultado de um processo histórico, sofrido e violento de lutas.

Nesse sentido, destacamos os avanços de ambas as políticas públicas: a Escola ProEMI e Meninas fazendo Ciências, por enfrentarem dois grandes desafios da educação brasileira. Todavia, devemos atentar para a fala da estudante (no título desta seção) sobre a descontinuidade dos projetos e a suposta devolução dos recursos, o que, de fato, ocorreu. Em uma das escolas ProEMI foi contemplada com cinco projetos do Programa Meninas fazendo Ciências, o qual envolveu as disciplinas Química, Física, Matemática, Biologia e Informática, que não foram totalmente implantados na escola. Segundo a gestora escolar e as professoras (bolsistas) que foram selecionadas para fazer a mediação com a universidade, os recursos atrasaram muito e não foi possível adquirir os insumos necessários para as experimentações em laboratório. O Curso de Química, por exemplo, foi o mais prejudicado na avaliação delas.

Por outro lado, destacamos também o fato de a estudante ter enfatizado o quanto foi proveitoso para ela. Ela menciona as visitas, as oficinas, as palestras e demais atividades desenvolvidas no espaço da Academia. Nesses encontros, as jovens encontraram, no diálogo com as professoras e com as estudantes universitárias, informação sobre cursos, sobre o fazer concreto das profissões, as oportunidades das carreiras, e, especialmente, a percepção de que elas também podem estar lá. Vejam-se estas suas falas:

Professora, fiquei surpresa com a história daquela menina (Graduanda de Ciência da Computação) ela veio do interior, estudou em escola pública a vida toda e passou de primeira no vestibular [...] hoje ela mora na casa das estudantes de graça e passa o dia aqui (na universidade). Se eu um dia passar, também quero morar aqui também, minha casa é muita gente.

(Estudante 15, 18 anos, Escola C).

Adorei participar desse evento professora, as meninas foram de escola pública, são lindas e inteligentes [...] parece um sonho estar aqui

(Estudante 16, 17 anos, Escola C).

As falas revelam pontos positivos e negativos dessas políticas públicas e, indiretamente, mostram-nos que ambos os programas carecem de acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento, para que possam, cada vez mais, democratizar e ampliar o acesso à Universidade e a participação dos/das jovens em todas as áreas do conhecimento.

Na sequência, as falas das estudantes, dos/das docentes e dos/as gestores/as desvelam fortemente a temática de gênero e o gendramento do conhecimento no âmbito das Escolas.

2 “PENSEI EM TUDO, NA CONCORRÊNCIA, NOS EMPREGOS E EM DINHEIRO. QUERO TER LIBERDADE E NÃO DEPENDER DE NINGUÉM...”³”

Tal declaração nos leva a pensar o quanto a igualdade de gênero, associada internacionalmente aos Direitos Humanos fundamentais, ao fundamento da justiça social e do desenvolvimento, ocorrem na prática.

Historicamente, segundo os estudos feministas, a aplicação da palavra ‘gênero’ teve o intuito de desvelar a problemática e os desvios teóricos e metodológicos relativos aos ‘estudos sobre as mulheres’ (MACHADO, 1998; HEILBORN, 1992), visando compreender como as profundas desigualdades entre homens e mulheres interferiam e ainda interferem nas relações políticas, econômicas e sociais. Essas diferenças, socialmente construídas, entre homens e mulheres que, quase imperceptivelmente, são transmitidas pela cultura e pelas instituições, foram sendo incorporadas de forma tal que, ainda hoje, são consideradas como inatas e, portanto, quem não corresponder aos padrões estará fadado ao preconceito e às sanções.

Ilustrada pelo depoimento da estudante (no título desta seção), temos a dimensão de o quanto essas sanções e preconceitos ainda estão presentes, pois ‘não querer depender de ninguém’ expressa um profundo desejo de liberdade para gerir a própria vida. E a estudante complementa:

Escolhi uma profissão(enfermagem), que possa me dar um trabalho rápido, todo mundo diz que tem vagas na saúde e também porque já faço curso técnico à noite. Gosto de estudar, mas gosto mais ainda da ideia de ter meu dinheiro, de não ser humilhada por ninguém [...] Vejo minha mãe levando grito direto, aff...
(Estudante 9, 17 anos, Escola B).

São relações de trabalho, antecedidas pela formação escolar em todos os níveis

³ Estudante 9, 17 anos, Escola B. Indagamos a jovem: por que você escolheu esse curso?

que os estereótipos dos papéis sobre o que é ser homem e o que é ser mulher aparecem acintosamente. A escolha da carreira, nem sempre significa desejo, aptidão ou opção, ao contrário, materializam relações sociais desiguais, como, no caso das mulheres, por exemplo, em relação à ocupação de postos com menos prestígio, à dupla ou tripla jornada, que soma no trabalho doméstico, aos cuidados com os/as filhos/as e à remuneração diferenciada mesmo em funções iguais às dos homens. Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem (PNAD, 2012) mostram que o salário das mulheres era de 72% do rendimento masculino. Traduzida em ganhos salariais, a renda média dos homens foi de R\$ 1.698,00, e das mulheres, R\$ 1.238,00.

Esses são aspectos que reverberam na Educação, como apontou Bourdieu (1999), segundo o qual “*os princípios de visão e divisão geradores dos gêneros [...] são fruto das transformações, dos mecanismos e das instituições encarregadas de garantir a perpetuação da ordem dos gêneros*”, dentre as quais, a Educação, a Escola - lócus privilegiado para transmissão e construções culturais.

Wajcman (2006) lembra que o limitado acesso das mulheres a instituições e a carreiras científicas e técnicas advém de barreiras estruturais sustentadas por significados e valores transmitidos, principalmente, pela escola, pelos grupos juvenis, pela família e pela mídia. Ainda segundo a autora, *há um ideal de masculinidade caracterizado pela cultura das proezas físicas e do êxito individual, o que garantiu fronteiras de classe, raça e gênero em torno das carreiras.*

Em nosso estudo, indagamos se o/a professor/a conhece as escolhas dos cursos superiores das estudantes, se conversam sobre isso e se, de alguma forma, acreditam que eles/elas e/ou a Escola influenciam nas escolhas dos/das estudantes. As falas a seguir ilustram bem a descrença e a baixa expectativa dos/das docentes nas meninas, reforçando os estereótipos de gênero e, possivelmente, o embrião do gendramento de algumas áreas do conhecimento:

*Hoje nem converso muito sobre isso não, tenho medo de estimular os alunos/as a sonharem alto e se esborracharem no chão. Dou mais conselhos para fazerem cursos técnicos. Aqui na escola defendo que ao invés das aulas dos macrocampos tenha é curso técnico [...] os/as alunos/as não querem ficar o dia todo na escola e muitos saem mesmo. Tenho aluno/a fazendo técnico de enfermagem, de padeiro e, coitados, os pais pagando, muitas vezes sem condições.
(Professora, Escola A).*

Os/as alunos sempre falam o que querem fazer (de curso superior) na sala de aula e eu priorizo o que cai nos vestibulares, trago questões de provas, resolvo com eles/elas em sala... [...] Mas, minhas matérias são difíceis mesmo, envolvem números, cálculos, abstrações

e elas, infelizmente, acompanham menos, além disso faltam muito mais as aulas. Acho difícil professora essas meninas chegarem na universidade pública e, nesses cursos que a senhora estuda, menos ainda [...] não é preconceito não, tenho quase 30 anos de escola e vejo a realidade...
(Professor, Escola C).

De algumas eu até sei o que querem fazer (de Curso superior) e nas minhas aulas digo quando o assunto cai no ENEN, mas uma coisa é elas dizerem, a outra é ver elas estudarem. A maioria tá é ligada no celular, muitas vezes ficam na sala de aula com o microfone no ouvido e teclando... [...] cansei de reclamar, ninguém quer nada.
(Professora, Escola B).

A maioria das meninas não querem estudar muito não, pensam mesmo é em arrumar um marido, em casar. Mas, as bichinhas, quase nunca conseguem e acabam é engravidando muito cedo, sei que é triste dizer isso professora, mas é o que a gente vê acontecer. [...] Já para os meninos é diferente, nem sei o que é pior, muitos até sonham, mas não conseguem entrar na universidade e para construir e sustentar uma família não é fácil não, a realidade é que muitos se envolvem no mundo do crime
(Vice-diretor, Escola C).

Os relatos, além de chocantes, especialmente vindos de professores/as que participaram de formações pedagógicas para atuarem em ‘Escolas Inovadoras’ que, como dito, têm o papel de dar a base da cidadania plena e o cabedal de conhecimentos necessários para a continuidade e o aprofundamento dos estudos até a Universidade. Além da baixa expectativa e a descrença nas capacidades das meninas (e dos meninos) nos permitem inferir, no mínimo, que as estudantes não têm sequer o apoio que deveriam para aprender.

As falas reforçam claramente ‘explicações’ de que as meninas não são boas em matemática e em lógica e que são mais propensas ao ‘casamento e à maternidade’. Essa concepção é rechaçada pela teoria feminista. Como esclarece a socióloga Cynthia Epstein (2007), a maior divisão social que caracteriza o mundo atual é a sexual. As barreiras enfrentadas pelas mulheres são explicadas sutilmente por dois mecanismos: a segregação horizontal e a segregação vertical.

Através da atuação e da influência da educação e da família, a segregação horizontal leva as mulheres a fazerem escolhas, a exercerem atividades e a determinarem estratégias de vida diferentes das escolhidas pelos homens, incluindo a escolha de carreiras. Em vista disso, persiste a reprodução do fenômeno da sexualização ou gendramento das áreas de conhecimento, ou seja, disciplinas e carreiras com escassa presença de mulheres, como as Ciências Exatas, as Engenharias e a Computação, foco da chamada pública em análise.

O segundo tipo de segregação, chamado de segregação vertical, inclui um mecanismo social conhecido como ‘teto de vidro’, que faz com que as mulheres não progridam em seus ambientes de trabalho e mantenham posições mais subordinadas do que os homens [...] o ‘teto de vidro’ é invisível, mas é um mecanismo que tem sido identificado, inclusive, nas carreiras de ciência e tecnologia (OLINTO, 2011). E ao que parece, esse teto tem ficado cada vez mais baixo e vem atingindo jovens desde o Ensino Médio e impedindo que elas avancem nos estudos.

Na próxima seção, revelaremos as percepções das jovens sobre o papel dos Programas ProEMI e Meninas fazendo Ciências, para favorecer o acesso ao ensino superior.

3 “EITA, É DIFÍCIL RESPONDER. A RESPOSTA PODE SER SIM E NÃO, PROFESSORA?⁴”

Perguntamos às estudantes se conheciam o ProEMI, qual/quais diferenças havia entre o modelo ‘antigo’ e o ‘atual’ e se gostavam dele. Todas as estudantes (17) responderam que conheciam, mas titubearam para responder sobre as diferenças e apontaram, no primeiro momento, apenas mudança na carga horária: “*agora tem aulas também à tarde*”. Quanto a gostar ou não:

De algumas coisas eu gosto, de outras detesto. O mais chato é a obrigatoriedade de aulas à tarde, quase ninguém fica [...] detesto essa perda de tempo, são coisas que não servem pra nada, não entendo quem inventou isso não
(Estudante 8, 16 anos, Escola A).

O Programa Ensino Médio Inovador (MEC, 2013) estabelece um movimento de cooperação entre os entes federados. O MEC é o responsável pelo apoio técnico e financeiro às Secretarias de Educação e respectivas escolas. Em seu texto orientador, dirigido aos sistemas de ensino e às escolas, traz as Diretrizes Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB 02/2012) como contributo para a formulação dos Projetos de Redesenho Curricular (PRC), que deverão garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes. Nelas, são assinaladas algumas condições básicas, a saber: que a carga horária mínima seja de 3.000 horas de aulas/ano; que os conhecimentos se articulem à vida, a fim de atender às **necessidades e expectativas dos estudantes**; que as atividades sejam teórico-práticas e que fundamentem os processos de iniciação científica e de

⁴ Estudante 4, 15 anos, Escola C.

pesquisa; façam o aprofundamento em línguas estrangeiras, produção artística, ações esportivas e corporais – promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes; fomentem atividades que envolvam comunicação, cultura digital e uso de mídias e tecnologias, em todas as áreas do conhecimento, e garantam **a participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (grifos nossos)**.

Quanto ao ENEN, as meninas demonstraram fortes contradições entre o que é/foi orientado e o que ocorre na prática dessas escolas:

Um/a professor/a ou outro/a fala às vezes fala do assunto em sala, diz que cai no ENEN o que estamos vendo em sala, mas que nunca participei ou soube de nada na escola relativo à escolha de cursos superiores. Tudo que eu sei do curso que eu escolhi (engenharia ambiental) é porque conversei com as pessoas e vi na TV e internet. Já gosto de coisas da natureza desde cedo.
(Estudante 13, Escola C)

Orientação da escola não, só se a gente procurar o/a professor/a e pedir alguma coisa ou perguntar. Nunca recebi nenhuma orientação específica não[...] Eu até queria, seria legal se alguém nos dissesse as coisas de cada curso, aí dava pra escolher. Uma coisa boa era saber quantos tem para cada vaga aí agente escolhia mais conscientes...
(Estudante 10, 17 anos, Escola B).

[...] Oche professora, aqui nem sobre as provas a gente é informada. Se não fosse as mães da gente ou as colegas, passava era batido.... [] acho que ninguém se importa se agente vai fazer ou não, quem quiser que corra atrás.
(Estudante 10, 17 anos, Escola B)

Para tanto, a Escola ProEMI, deverá contar com a dedicação, em tempo integral, dos/as docentes e organizar o conjunto das ações a partir dos macrocampos⁵, sendo um mínimo de cinco obrigatórios.

Além dessas atividades, deverão, no caso das escolas contempladas com o Programa Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação (CP. Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras), inserir em suas atividades pedagógicas outros objetivos, atividades e dinâmicas. O programa, fruto da parceria entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e a Petrobrás, com o objetivo de ampliar o número de estudantes do sexo feminino nas Ciências ‘hard’, já descritas, apostou na seleção de projetos desenvolvidos e coordenados por professores/as doutores/as de universidades públicas, que objetivassem reverter a pequena participação

⁵ 1. Acompanhamento pedagógico; 2. Iniciação científica e pesquisa; 3. Leitura e letramento; 4. Línguas estrangeiras; 5. Cultura corporal; 6. Produção e fruição das artes; 7. Comunicação, cultura digital e uso de mídias; 8. Participação estudantil.

das mulheres nessas carreiras, um problema mundial, que vem sendo enfrentado com políticas de ‘discriminação’ positiva em alguns países. Contudo, determinou que fossem vivenciados nas Escolas do ProEMI.

Com esse intento, foram investidos quase 11 milhões de reais em 325 projetos de intervenção, em todos os estados e regiões do país. Dos projetos aprovados, por região, a que tem o maior número é a Nordeste, com 93 projetos, distribuídos nos nove estados, e que inclui 26 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). A Paraíba destaca-se com 20 projetos⁶. Na capital, seis escolas estão contempladas com projetos da chamada.

Olinto (2011) afirma que, para aumentar a participação das mulheres nas áreas tecnológicas e em vários ramos e patamares da ciência, ou seja, para reduzir a segregação horizontal e vertical, é importante investir em mudanças efetivas, especialmente na família, propondo uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e a redução dos estereótipos de gênero que influenciam as escolhas profissionais de meninos e meninas, e nas instituições escolares, contribuindo para aumentar a participação de homens na função docente desde o ensino fundamental – pois, segundo a autora, o Brasil é um país que se destaca pela participação quase exclusiva de mulheres como professoras nesse segmento. Então, é preciso estimular as meninas/mulheres a gostarem de disciplinas exatas e lógicas, como Matemática e Física, de jogos e de esportes, para que mais mulheres se interessem por carreiras tecnológicas, científicas e esportistas.

Em suas falas, as meninas reforçam positivamente as afirmações da autora. Várias declararam gostar das experiências vivenciadas em ambos os programas:

Não gosto muito de ficar no período da tarde na escola não, me dá é sono. Mas, em algumas oficinas nem vemos o tempo passar, tem arte, música, filmes... [...] mas o desespero bate quando vemos que nada serve pro ENEN, professora, a escola tem que vê que nós queremos passar e fazer coisas que sirvam.
(Estudante 2, 19 anos, Escola A)

Quando estamos nos projetos com a universidade parece que estou em casa, não queria ir embora, meu mundo é lá. Meu sonho é estudar fora, viajar e sei que se for só por aqui (na escola) não vou conseguir. Aff, quando escuto falar do ciências sem fronteiras fico doidinha [...] Professora, sei que esse não é o trabalho de vocês mas queria mesmo era ajuda pra passar no vestibular. A se tivesse uma pílula pra fazer a gente aprender mais e mais...
(Estudante 4, 21 anos, Escola A).

⁶ Dez projetos são coordenados por docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); oito, por docentes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e dois por docentes da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Ao mesmo tempo, deixam claro que são oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo, que precisam/precisarão inserir-se no mercado de trabalho o quanto antes, vivem, como estudantes do 3º ano do ensino médio, o difícil dilema de escolher uma profissão, em uma miríade de possibilidades nem sempre tão promissoras. Mesmo ainda sem a maturidade para reflexões mais aprofundadas, sabem, quase empiricamente, que um diploma universitário é uma espécie de passaporte para uma colocação no mercado de trabalho. Todas as entrevistadas, nas três escolas, planejavam buscar um curso superior, e a maioria delas apresentou proposições para as Escolas, quais sejam: As meninas parecem clamar para serem ouvidas e atendidas, quando perguntadas sobre o que a Escola e/ou a Universidade poderiam fazer para ajudar no acesso ao Ensino Superior apresentaram proposições claras, em síntese as estudantes entrevistas solicitam:

- Aulas iguais as dos cursinhos;
- Simulados de 2 em 2 meses;
- Teatro com peças que encenem os livros do ENEN;
- Visitas aos cursos nas universidades para ver como funciona o que se estuda lá;
- Fazer boletins com informações sobre vagas e número de candidatos/as para avaliarem as possibilidades de passar ou não;
- Os/as professores/as de matemática deviam ensinar a fazer o cálculo da prova do ENEN, para que consigamos entender direito como funciona;
- Produção de vídeo das aulas baixarmos nos telefones e ficarmos assistindo.

Na contramão dos sonhos e dos desejos das jovens, vimos nas entrevistas com professores/as e gestores/as as contradições entre o planejado e o executado. De um lado, a descrença de quem ensina, e do outro, as estudantes angustiadas com as dificuldades para se preparar para enfrentar as escolhas profissionais e os respectivos processos seletivos. Mesmo avaliando ambos os programas como positivos, afirmam que o foco delas agora é outro – o acesso à Educação Superior.

4 “ESCUTEM NOSSAS NECESSIDADES, QUEREMOS PASSAR!⁷”

Nestas considerações finais, queremos enfatizar que o gendramento das ciências e a divisão sexual do conhecimento e das relações de trabalho não são neutras, ao contrário, estão sendo continuamente reproduzidas e até ensinadas, tanto nos espaços privados da família quanto nos públicos, com destaque para a Escola, que pode, ao longo da vivência escolar, reforçar ou mitigar a exclusão, ao definir pedagogicamente o

⁷ Estudante 13,19 anos, Escola B.

que os homens e as mulheres podem/têm condições de aprender. Nessas escolhas, perdem ambos.

Como apontado pela teoria feminista e pelos estudos de gênero, para ampliar o número de mulheres no campo da Ciência, é fundamental estarmos atentos ao que afirma Carvalho (2010):

O que conhecemos, é influenciado, antes de tudo, por nossa educação: as crenças, valores e modelos (de vida, profissão) disponíveis e autoconceitos moldados ou negociados sob limites impostos ou oportunidades seletivas. A produção de conhecimento é um trabalho dialógico, portanto, educacional. A formação dos/das cientistas começa na escola/universidade. Uma ciência crítica requer uma educação crítica. E justamente a educação – campo que se tornou feminino na história recente – nem goza de status científico!

A autora entende que a Educação constrói e reconstrói a cultura e que é importante estudar a construção educacional da desigualdade de gênero, especialmente na escola/universidade, acompanhar e avaliar os programas educacionais com vistas a garantir a equidade, como, por exemplo, o ProEMI e Meninas fazendo Ciência, e ouvir o clamor das meninas por oportunidades e condições iguais, quando nos dizem: Escutem nossas necessidades!!!”.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013-2015.

Disponível:<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-2013>; acesso em 17/06/2013.

_____, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BARBOSA, Rita Cristiana, CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de, FERNANDES, Maria Onilma Moura. Gênero e Tecnologias da Informação: um olhar sobre a Educação Superior na Paraíba e as possibilidades de promoção da equidade de gênero através da Educação. In: Lópes, Alejandra Montané e Carvalho, Maria Eulina Pessoa de (Coord). *Mujeres y educación superior*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, Gloria (2013). Gênero e Educação Superior: apontamentos sobre o tema. João Pessoa: Editora da UFPB.

EPSTEIN, C. Great divides: the cultural, cognitive, and social bases of the global subordination of women. *American Sociological Review*, v.12, Fev, p.1-25, 2007.

- GOHN, M. G. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GOLDBERG, A. (1987), *Feminismo e autoritarismo - a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.
- HEILBORN, M. L. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- HÖFLING, Eloísa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos de Educação. CEDES v.21 n.55 Campinas, nov. 2001.
- MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? Cadernos Pagu, v. 11, p.107-125, 1998.
- OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de Ciência e Tecnologia no Brasil. Revista Inclusão Social, vol. 5, No. 1, 2011. <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/issue/view/18>
- PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação – SEE/GEEMEP. Documento orientador para o Ensino Médio Inovador – ProEMI. Publicação, 2013.
- WAJCMAN, Judy. (2006). El tecnofeminismo. Feminimos. Ediciones Cátedra. Universitat de València. Instituto de La mujer.